



# PANORAMA MACROECONÓMICO

II Trimestre de 2018

# Índice

▪ Sumário executivo	Pág. I
▪ 1. Contexto Internacional	Pág. 1
▪ 2. Economia Real	Pág. 2
2.1. Sector Petrolífero	Pág. 3
▪ 3. Finanças Públicas	Pág. 4
▪ 4. Inflação	Pág. 6
▪ 5. Indicadores Monetários	Pág. 8
▪ 6. Política Monetária	Pág. 9
▪ 7. Sector Externo	Pág. 10
▪ 8. Mercado Cambial	Pág. 11
▪ 9. Mercado Monetário	Pág. 12
▪ 10. Mercado de Capitais	Pág. 13
▪ 11. Sector Bancário	Pág. 14
▪ 12. Indicadores Sociais	Pág. 15
▪ 13. Ambiente de Negócios	Pág. 16
▪ 14. Outras Economias Africanas	Pág. 17
▪ 15. Anexos	Pág. 18
▪ 16. Outras Publicações	Pág. 22
▪ 17. Contactos	Pág. 23



# Siglas e Abreviaturas

- BNA – Banco Nacional de Angola
- BP – Balança de Pagamentos
- BT – Bilhetes do Tesouro
- CPM - Comité de Política Monetária
- EUA – Estados Unidos da América
- Fed – Reserva Federal norte-americana
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- ICE – Índice de Clima Económico
- IDE – Investimento Directo Estrangeiro
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPCN – Índice de Preços no Consumidor Nacional
- IPI – Índice de Produção Industrial
- MINFIN - Ministério das Finanças
- MPME - Micro, Pequenas e Médias Empresas.
- OGE – Orçamento Geral do Estado
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OT – Obrigações do Tesouro
- ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
- p.p. – Pontos percentuais
- PDN – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PEM – Programa de Estabilização Macroeconómica
- PIB- Produto Interno Bruto
- RIB's – Reservas Internacionais Brutas
- RIL's – Reservas Internacionais Líquidas
- SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- *UNCTAD* - Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento e Comércio
- WEO – *World Economic Outlook*
- ZLCA- Zona de Livre Comércio em África



# Sumário

## Executivo

- O Fundo Monetário Internacional alertou para a tendência menos sincronizada, e mais desigual, do crescimento mundial, em virtude das tensões comerciais, aumento das *yields* dos EUA e do preço das *commodities*. A instituição de *Bretton Woods* estimou, em Julho, que as economias avançadas deverão crescer 2,4%, que corresponde a uma redução de 0,1 p.p. comparativamente às previsões apresentadas pelo FMI no WEO de Abril. O Reino Unido e o Japão tiveram as suas taxas revistas em baixa em 0,2 p.p., para 1,4% e 1%, respectivamente.
- As economias da África Subsariana poderão registar crescimento económico de 3,4% em 2018, um incremento de 0,6 p.p. em relação a 2017, favorecidas por factores como o ajuste económico e financeiro em curso e a melhoria da cotação internacional das *commodities*.
- Os dados divulgados pelo INE no mês de Agosto demonstram que a economia angolana contraiu 2,2% no 1º trimestre de 2018 que, entretanto, representa uma melhoria comparativamente ao registo de -4,3% apurado no último trimestre de 2017.
- O PDN perspectiva, para o ano corrente, um crescimento de 2,4% do sector não petrolífero e 0,8% do sector petrolífero. A média de desenvolvimento do sector não petrolífero para o quinquénio 2018-2022 deverá fixar-se em 5,1%, destacando-se como a principal contribuição para o crescimento da economia durante o período em análise. A agricultura e a indústria transformadora deverão registar os maiores níveis de crescimento médio, com 8,9% e 5,9%, respectivamente.
- A taxa de inflação apurada durante o IIº trimestre de 2018 manteve-se abaixo de 2%, tendência que se mantém desde o mês de Novembro de 2017. Por outro lado, a inflação acumulada atingiu 8,19%, que representa uma redução de 3,75 p.p. face ao período homólogo.
- A tendência de queda da taxa de inflação homóloga, que já se situa muito abaixo dos 23% previstos na Programação Macroeconómica do Executivo, permitiu ao Banco Central reduzir a taxa BNA em Julho, de 18% para 16,5%. Por outro lado, diminuiu o coeficiente das reservas obrigatórias em 2 p.p. pela segunda vez consecutiva, tendo passado de 19% para 17%.
- A base monetária reduziu cerca de 12,2% ao longo do IIº trimestre de 2018, tendo diminuído mais do que no Iº trimestre de 2018, altura em que contraiu 2,6%. A tendência da base monetária em 2018 tem sido marcada pela maior eficácia das medidas restritivas de política monetária adoptadas pelo BNA.
- Os bancos comerciais reduziram as reservas livres médias apuradas no Iº semestre, de 437,87 mil milhões AOA em 2017 para cerca de 234,54 mil milhões AOA em 2018, quase a metade, como resultado do fim da obrigatoriedade de constituição de cativos para ter acesso aos leilões de divisas.
- O BNA, durante o trimestre, aprovou um conjunto de instrutivos que visam garantir uma maior eficiência da política cambial. Destaca-se o aumento dos limites de operações cambiais de ajuda familiar, tendo a venda mensal passado para 1.000 EUR (antes em 500 EUR) por beneficiário e 2.500 EUR por ordenador.
- O montante de Eurobonds emitidos por Angola, a segunda venda de dívida pública no exterior, atingiu 3 mil milhões USD, um incremento de 50% em relação à emissão de Novembro de 2015, subdividido em 1,75 mil milhões USD na maturidade de 10 anos, a taxa de 8,25%, e 1,25 mil milhões USD na maturidade de 30 anos, com 9,375% de taxa.
- A última consulta do FMI ao abrigo do Artigo IV, concluída em Maio, demonstra que as RIL's poderão atingir 9,7 mil milhões USD, até o final do ano de 2018. Paralelamente, as RIB's poderão situar-se em 14,338 mil milhões USD, o que servirá para a cobertura de apenas 5,2 meses de importação, abaixo da meta de convergência da SADC, de 6 meses.
- A nova Lei do Investimento Privado de Angola, aprovada em Maio, isenta a participação de capital nacional nos investimentos realizados por estrangeiros e anula o limite mínimo de investimento externo de 1 milhão USD e de 500 mil USD no caso de investimento interno, para benefícios de incentivos e isenções, fiscais e aduaneiras, facto que deverá contribuir para atracção de novos investimentos, com particular destaque às MPME.



# 1. Contexto Internacional

- A *Economia Mundial* deverá crescer 3,9% em 2018, de acordo com as actualizações das estimativas do FMI feitas em Julho, em linhas com as estimativas realizadas em Abril.
- O *Produto Interno Bruto dos Estados Unidos da América* referente ao IIº trimestre cresceu 4,2%, um aumento de 2,0 p.p. comparativamente ao período anterior.

O FMI manteve as estimativas do crescimento mundial em 3,9% para 2018, o mesmo nível apurado nas projecções efectuadas em Abril. Entretanto, adverte que o crescimento tornou-se menos sincronizado e mais desigual em virtude das tensões comerciais, aumento das *yields* dos EUA, e dos preços das *commodities*. Nesta perspectiva, as economias avançadas deverão crescer 2,4%, que corresponde à redução de 0,1 p.p. comparativamente à taxa apurada em Abril. O Reino Unido e o Japão viram as suas taxas serem revistas em baixa em 0,2 p.p., cada, para 1,4% e 1%, respectivamente.

As *yields* dos títulos de dívida soberana nas principais economias evoluíram em sentido divergente, no IIº trimestre de 2018. A *yield* da dívida soberana norte-americana a 10 anos, apurada no período em referência, atingiu 2,86%, que corresponde a um aumento de 12,12 p.b. face ao período anterior. A tendência reflecte o ajustamento face à taxa de juro básica do *Fed*, que neste período fixou-se em 2%, e da taxa de inflação que situou-se em 2,9%. Por seu turno, as *yields* da dívida da China e Alemanha, seguiram tendência decrescente, com reduções de 27,2 p.b. e 19,5 p.b., para 3,48% e 0,30%, respectivamente.

A economia norte-americana acelerou 4,2%, no IIº trimestre de 2018, um aumento de 2 p.p., em cadeia com o trimestre anterior. O crescimento do PIB no IIº trimestre, o maior desde o IIIº trimestre de 2014, foi suportado pelo aumento no consumo, investimento privado, e nos gastos públicos em 3,8%, 0,4% e 2,3%, respectivamente. A imposição de tarifas aduaneiras e a redução dos impostos

impulsionaram a confiança dos consumidores e investidores, com efeito no desempenho geral da economia, que no período em análise apresentou uma redução da taxa de desemprego de 0,2 p.p., fixando-se 3,9%.

O PIB da Zona Euro cresceu 2,1% no IIº trimestre de 2018, uma desaceleração de 0,3 p.p. face ao período anterior. As tensões comerciais com os EUA, aliada à depreciação da moeda, condicionaram a confiança dos investidores e consumidores. Numa altura em que a taxa de inflação atingiu 2%, suportada pela alta do preço do petróleo. Por seu turno, as taxas de desemprego continuaram em tendência decrescente, ao reduzir 0,3 p.p. face ao período anterior, situando-se em 8,2%. No período em análise, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu alargar o programa de compra de activos para além de Outubro, mas a um ritmo inferior ao actual montante de 30 mil milhões EUR, ou seja, para cerca de 15 mil milhões EUR até Dezembro de 2018.

A China cresceu 6,7% no IIº trimestre de 2018, sendo que representa uma desaceleração de 0,1 p.p. face ao trimestre anterior. O PIB da China cresceu 6,7% no período em referência, o menor ritmo desde o IIIº trimestre de 2016, que poderá reflectir a redução dos estímulos à economia via crédito, que terá impactado no nível de investimento em infra-estrutura e manufactura. Por outro lado, a guerra comercial com os EUA poderá estar a condicionar as expectativas dos investidores com efeitos nas variações da taxa de crescimento. Destaca-se que a taxa de crescimento, ainda assim, se mantém acima do *target* de 6,5% antecipado para 2018 pelo governo de Beijing.

Tabela 1 - Indicadores Macroeconómicos (IIº trimestre 2018)

	Crescimento Económico (%)	Taxa de inflação (%)	Taxa de juro (%)	Taxa de desemprego (%)
EUA	4,2	2,9	2,0	3,9
Reino Unido	1,3	2,4	0,5	4,0
Zona Euro	2,1	2,0	0,0	8,2
China	6,7	1,9	4,4	3,8

Fonte: Bloomberg, Trading Economics



## 2. Economia Real

- O Produto Interno Bruto contraiu 2,2% no 1º trimestre de 2018, registando-se contudo evolução positiva comparativamente ao registo de -4,3% apurado no último trimestre de 2017.
- A contribuição do sector não petrolífero sobre o crescimento do PIB poderá intensificar-se, com o PDN a perspectivar que o crescimento do sector varie de 2,4% em 2018, para 7,5% em 2022.

Os dados divulgados pelo INE no mês de Agosto demonstram que a economia angolana contraiu 2,2% no 1º trimestre de 2018, que representa uma melhoria comparativamente ao registo de -4,3% referente ao último trimestre de 2017. O registo do PIB nos primeiros três meses do ano corrente reflecte a melhoria da variação homóloga dos sectores de Intermediação Financeira e de Seguros (46 p.p.), Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória (18 p.p.), Electricidade e Água (17,8 p.p.), Pesca (7,5 p.p.) e o Comércio (4,7 p.p.).

No entanto, as estimativas relativas à evolução do PIB em 2017 diferem significativamente consoante as fontes. As estimativas de crescimento do PIB em 2017 antecipadas pelo OGE 2018 e FMI situam-se em torno de 1,1% e 1,0%, respectivamente. No entanto, em Abril de 2018, o PDN 2018-2022 apontou para uma contracção de 2,1%, e o INE publicou uma estimativa de recessão, com o PIB a contrair cerca de 2,5%.

O FMI perspectiva uma variação do Produto Interno Bruto de 2,2% em 2018 e 2,5% em 2019. O relatório de Maio que reflecte a conclusão da visita à Angola ao abrigo do artigo IV, destaca que o desempenho favorável da economia deverá reflectir a melhoria na confiança do investidor e a eficiente alocação de divisas pelo BNA, influenciada pelo incremento da cotação internacional do crude.

O sector não petrolífero deverá contribuir em maior proporção para o crescimento do PIB em 2018. O PDN perspectiva que o sector não petrolífero cresça 2,4% em 2018 e o petrolífero 0,8%. A média de

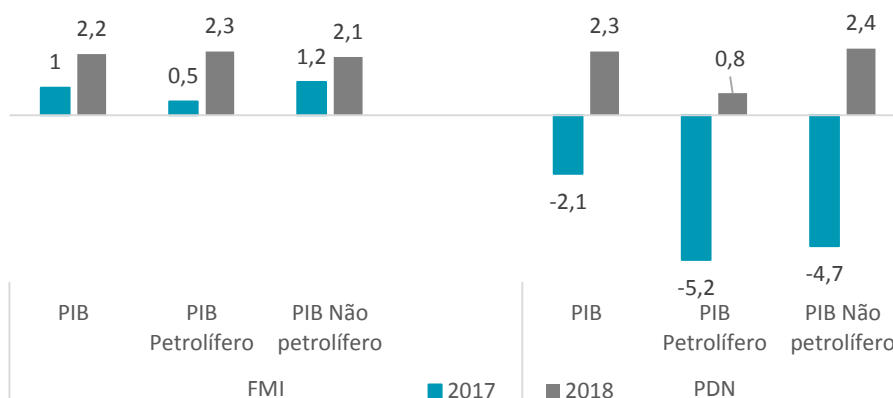
desenvolvimento do sector não petrolífero de 2018-2022 deverá fixar-se em 5,1%, representando a principal contribuição para o crescimento da economia. A agricultura e a indústria transformadora deverão registar os maiores níveis de crescimento médio de 8,9% e 5,9%, respectivamente.

A instituição de *Bretton Woods* estima um crescimento do sector não petrolífero de 2,1% em 2018, inferior à variação de 2,3% do sector petrolífero. Entretanto, nos anos que se seguem até 2022, o crescimento do sector não petrolífero será superior, representando uma média de 4,62% de crescimento no quinquénio, 2018-2022.

O crédito aos diferentes ramos de actividade aumentou pelo IIIº trimestre consecutivo. O IIº trimestre de 2018 caracterizou-se pelo crédito no total de 4.136,3 mil milhões AOA, um crescimento de 6% em relação ao trimestre anterior e de 16% em relação ao período homólogo. Destaca-se que o desempenho do crédito reflecte, essencialmente, o impacto da depreciação cambial.

O objectivo do Governo de diversificação da economia é corroborado pelo FMI, tendo a instituição previsto uma recuperação do crédito ao sector privado. O FMI estima, no documento divulgado em Maio resultante das consultas ao abrigo do Artigo IV, que o crédito ao sector privado registará um crescimento superior a 25%, em 2018, uma inversão significativa da trajectória do indicador, tendo-se em consideração que a instituição estimou que tenha variado em aproximadamente -2% em 2016 e 1,3% em 2017.

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento Económico (%)



## 2.1. Sector Petrolífero

- A cotação internacional do crude tem apresentado uma trajectória crescente, tendo atingido o maior nível dos últimos quatro anos, no II<sup>o</sup> trimestre de 2018.
- O sector de gás poderá apresentar crescimento significativo em 2018 e 2019, mantendo-se em níveis superiores a 10%.

O desempenho do PIB no I<sup>o</sup> trimestre de 2018 reflecte a contribuição de 33% da “Extracção e Refino de Petróleo”. A contracção do PIB no I<sup>o</sup> trimestre reflecte a redução da actividade relacionada ao sector petrolífero em 7,3% face ao período homólogo, sendo que o sector exerceu a maior contribuição no PIB, seguido pelo “Comércio” (15%) e pela “Construção” (12%).

O PDN 2018-2022 perspectiva que o sector petrolífero registre declínio de 1,8% no quinquénio. O crescimento do sector petrolífero deverá apresentar o maior registo, de 0,8%, em 2018, com a contracção a ter início em 2020, influenciada pela diminuição do investimento e pelo declínio natural de alguns campos. A produção petrolífera estimada em 1,650 milhões barris/dia, corresponde a uma redução de 49 mil barris/dia em relação ao OGE 2018. O Fundo Monetário Internacional perspectiva que o sector cresça 0,5%, no quinquénio em análise.

O sector de exploração de gás poderá registar um crescimento inicial significativo, mas deverá culminar com uma contracção média de 2,5%. O PDN estima incremento do sector de gás acima de 10%, em 2018 e 2019. No entanto, será impactado nos anos seguintes por factores similares ao do sector petrolífero. Os sectores de petróleo e gás, agregados, deverão crescer 2% em 2018, porém, durante o quinquénio, o sector deverá apresentar uma contracção de 2%.

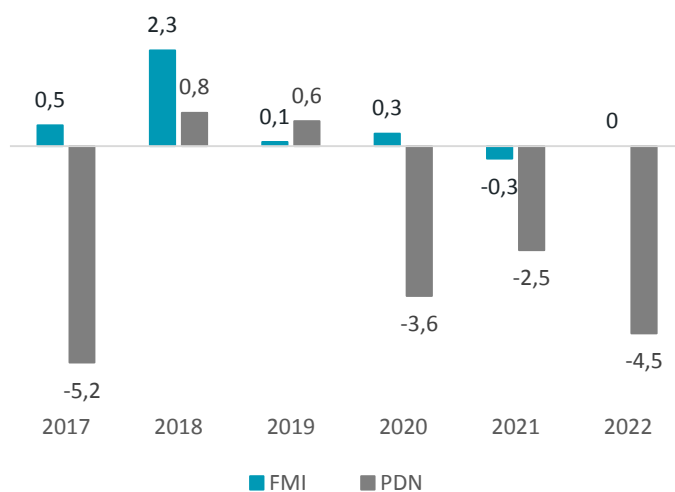
A produção petrolífera diminuiu 4,8%, no II<sup>o</sup> trimestre de 2018. A produção petrolífera fixou-se em 4,471 milhões barris/dia no II<sup>o</sup> trimestre, uma redução de 4,8% em relação ao trimestre anterior e de 9% em relação ao período homólogo. A produção média fixou-se em 1,490 milhões barris/dia no II<sup>o</sup> trimestre de 2018, após registo de 1,562 milhões barris/dia no trimestre anterior, mantendo-se abaixo do limite de 1,673 milhões barris/dia acordado em Novembro de 2016, com a ratificação do acordo da OPEP. Destaca-se que em Junho a República do Congo aderiu à organização, com uma produção média trimestral de 325 mil barris/dia.

A cotação internacional do crude atingiu, no II<sup>o</sup> trimestre de 2018, níveis máximos, que se aproximam dos registados em 2014. O preço do

Brent, que serve de referência para as exportações do país, atingiu cerca de 79,44 USD/barril no II<sup>o</sup> trimestre, um incremento de 13,05% em relação ao trimestre anterior e o maior registo trimestral desde o III<sup>o</sup> trimestre de 2014, altura em que se fixou em 94,67 USD/barril. Por outro lado, o preço médio das ramas angolanas atingiram 70,5 USD/barril durante o período em análise, um incremento de 8% em relação ao I<sup>o</sup> trimestre do ano corrente. Destaca-se que o preço médio apurado, durante os primeiros seis meses do ano corrente, situou-se acima do nível previsto no OGE 2018, de 50 USD/barril.

A receita fiscal arrecadada com a exportação de petróleo fixou-se em 769,2 mil milhões AOA no trimestre em análise, um incremento de 97% em relação ao período homólogo de 2017. As receitas referentes ao II<sup>o</sup> trimestre de 2018 representam um aumento de 10% em relação ao registo de 701,2 milhões barris/dia apurado no trimestre anterior. O registo trimestral representa, além do incremento da cotação do crude, o efeito da desvalorização do kwanza. O PDN 2018-2022 perspectiva que a contribuição das receitas tributárias petrolíferas variem de 12,6% do PIB em 2018 para 10,4% em 2022.

Gráfico 2 – Crescimento do Sector Petrolífero (%)



FONTE: FMI (Article IV Junho), PDN 2018 - 2022



# 3. Finanças Públicas

- O esforço de consolidação fiscal deverá contribuir para a redução do endividamento público, com o incremento das receitas não petrolíferas a apresentar-se como um dos objectivos principais.
- A perspectiva das instituições de classificação de risco soberano mantém-se estável, sendo que a implementação das estratégias aprovadas pelo Governo será decisiva para uma análise positiva.

O PDN 2018-2022 estima que o saldo fiscal melhore de um défice de 2,5% do PIB em 2018 para um superavit de 0,7% em 2022. O registo do quinquénio deverá reflectir a estabilização das receitas totais em mais de 18% e redução das despesas de 22,7% do PIB em 2018 para 19,2% em 2022. O Plano perspectiva, adicionalmente, a redução do rácio da dívida pública de 67% do PIB em 2017 para 60% em 2022.

A consulta realizada pelo Fundo Monetário Internacional ao país ao abrigo do Artigo IV concluída no dia 18 de Maio de 2018 destaca que o stock da dívida pública poderá representar 72,9% do PIB em 2018, reduzindo para 69,9% no ano seguinte. Os administradores defendem que as receitas tributárias extraordinárias, tendo-se em consideração que a cotação do crude definida no OGE 2018 apresenta-se 20 USD/barril abaixo do registo do IIº trimestre de 2018, devem ser utilizadas para eliminar os atrasados internos e reduzir a dívida pública.

A dívida pública poderá fixar-se em 70,8% do PIB em 2018. O registo do ano poderá representar um incremento de 3,8 p.p. em relação ao registo de 2018, influenciado pela necessidade de financiamento da economia em decorrência do cenário de crise gerado pelo desempenho do sector petrolífero, segundo dados divulgados no prospecto referente a emissão de *Eurobonds*, em Maio.

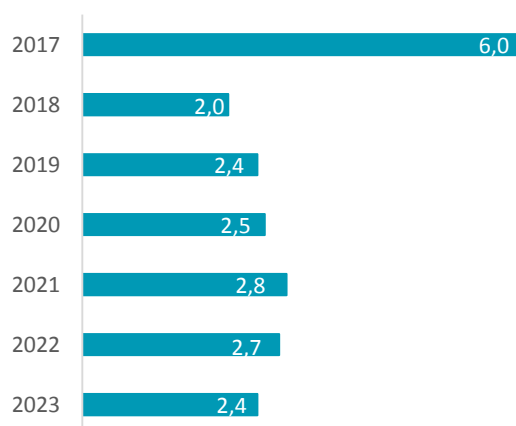
A publicação *The Economist Intelligence Unit* estima no seu relatório de Agosto, um nível de endividamento público superior, que deverá representar 73% do PIB em 2018. O registo representa um aumento em relação à perspectiva de 64,1% do PIB, em 2017. O défice fiscal por sua vez, também deverá registar um aumento de 2,9% em 2018 para 3,4% em 2022.

A redução da dívida pública é corroborada no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, que estabeleceu como uma das metas: “A redução da dívida pública sobre o PIB de 67% em 2017 para 60% até 2022”. Para o mesmo período o Governo perspectiva uma diminuição das despesas públicas superior a das receitas, que resultará da combinação de uma contenção orçamental e implementação de

reformas tributárias. Consequentemente, antecipa-se que os saldos orçamentais se tonarão superavitários a partir de 2020. No lado das receitas, espera-se um incremento das receitas não petrolíferas, enquanto as despesas correntes registarão reduções significativas. Destaca-se que o Imposto sobre o Valor Acrescentado será introduzido progressivamente a partir de Janeiro de 2019 e a melhoria da gestão das finanças públicas incluem a privatização de, no mínimo, 20 empresas do Sector Empresarial Público (SEP) até 2022, com respaldo na Lei de Bases das Privatizações apreciada pelo Conselho de Ministros em Julho do ano corrente.

O rating da dívida soberana de Angola mantém-se com avaliação negativa. A agência de *rating Fitch*, melhorou a perspectiva de risco do país, de negativa para estável, mas manteve a classificação de risco em “B”. Entretanto, a agência de notação financeira *Moody’s* também reviu em alta a perspectiva, para estável. No entanto, reduziu o rating de B2 para B3. As instituições mantiveram a classificação da dívida soberana como especulativa, entretanto, apresentam como positivas as reformas fiscais e monetárias em curso e por implementar, e destacam a evolução positiva da cotação internacional do crude e o acordo de cooperação com o FMI.

Gráfico 12 – Défice Fiscal (%)



Fonte: FMI (Article IV Junho)





## Análise à Monetização

A economia angolana passa por um período desafiante. Durante quase duas décadas, apoiou-se ao sector petrolífero para alavancar o resto da economia, o que potencializou o sector público, mas que condicionou o amadurecimento do sector privado, sendo que a performance deste último passou a depender, em grande parte, pelo desempenho do sector público.

Com efeito, o Governo tem encontrado dificuldades para moderar e financiar as suas despesas, desde que a crise no sector petrolífero teve início. O sector petrolífero foi afectado, em uma primeira fase, de 2014 a 2017, pela diminuição do preço do petróleo e, em uma segunda, pela redução vertiginosa da produção petrolífera, actualmente abaixo de 1,50 milhões barris/dia, significativamente abaixo do limite de 1,67 milhões barris/dia definido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), com impacto significativo sobre as receitas públicas.

Portanto, o Governo não tem conseguido ajustar as despesas às receitas, e continua a despendar recursos para subsidiar o preço dos combustíveis, aumenta as despesas com salários com a realização de diversos concursos públicos e com o serviço de dívida que cresce com o tempo, colocando-o em posição deficitária. Dado que as receitas permanecem inferiores às despesas (défice fiscal), o Estado vê-se forçado a recorrer a formas alternativas de financiamento da despesa excedente.

Para o efeito, existem três (3) opções para o financiamento do défice fiscal, que são: o endividamento, alienação de activos (privatização) e a emissão de moeda (monetização).

No que se refere ao endividamento público, tem sido a principal opção, entretanto os custos se tornaram altos, com o serviço da dívida cada vez mais elevado e a procura interna de dívida pública em queda, como resultado das medidas restritivas da política monetária adoptadas pelo BNA, com o intuito de conter a inflação, o aumento das vendas de divisas pelo BNA e o aproximar do ponto de saturação da procura no mercado de dívida (que levará com que os investidores exijam taxas de juro mais altas para adquirir os Títulos do Tesouro).

O relatório de inflação do BNA descreve que os resgates de títulos totalizaram 721,24 mil milhões AOA, que representa uma diminuição trimestral de 5,39% e um aumento de 30,21% face ao período homólogo. No entanto, a colocação líquida dos títulos públicos resultou no crescimento do *stock* da dívida interna titulada de 18,41% face ao trimestre anterior, situando-se em 7.371,00 mil milhões AOA, dos quais apenas 8,08% correspondem aos Bilhetes do Tesouro e 91,92%, Obrigações do Tesouro.

Em relação à privatização de empresas públicas, a mesma foi anunciada há algum tempo, e deverá ocorrer em 2019, sobrando apenas a emissão de moeda.

A monetização, emissão de moeda para fazer face às despesas públicas, opção que desagradava a maioria dos economistas, foi utilizada em diversos momentos como mecanismo para os Governos honrarem com os seus compromissos e, quase sempre com consequências negativas, estando por trás da maior parte dos casos de hiperinflação que a história tem registo, como a Alemanha (1914-1923), Zimbabwe (última década) e a Venezuela (actualmente).

O Governo angolano recorreu à emissão de moeda (monetização) para o cumprimento de serviço de dívida ao longo IIº trimestre de 2018, o equivalente a cerca de 1,5 mil milhões EUR, uma prática tentadora, mas desaconselhada devido ao seu potencial para gerar efeitos inflacionários sobre a economia.

A prática foi divulgada no relatório de inflação do BNA, referente ao IIº trimestre de 2018 (na pag. 21), como se segue: “ ... considerando o cenário acima exposto, observa-se que no período em análise o Fluxo Total de Pagamentos de 2.285,06 mil milhões AOA foi superior às Disponibilidades Líquidas de 1.723,37 mil milhões AOA, registando assim um saldo do período negativo de 516,69 mil milhões AOA que foi coberto com recurso à monetização, resultando num saldo final de caixa nulo”. Destaca-se que a mesma prática verificou-se também no Iº trimestre do ano corrente, tendo durante o período registado um saldo negativo de 399,76 mil milhões AOA, que foi coberto com recurso à monetização.

Entretanto, no caso de Angola, com a inflação em queda, a monetização pode funcionar, desde que não seja uma prática recorrente, nem em montantes avultados, para que os agentes económicos criem expectativas de aumento dos preços na economia, e afecte a actual trajectória da inflação, tal como a estabilidade e a perspectiva de risco do país.

# 4. Inflação

- O IIº trimestre de 2018 ficou caracterizado pela variação mensal do Índice de Preços no Consumidor Nacional abaixo dos 2%, tendência que tem sido registada desde Novembro de 2017.
- As projecções do Governo divulgadas durante o mês de Abril, por via do Plano de Desenvolvimento Nacional, demonstram como um dos pressupostos para o período 2018-2022: a desaceleração da inflação em 2018, que deverá culminar numa redução da inflação acumulada para um dígito.

O Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPC�) apresentou variações mensais inferiores a 2%. A taxa de inflação apurada durante o IIº trimestre de 2018 situou-se abaixo de 2%, tendência que se verificou desde o mês de Novembro de 2017. Por outro lado, a inflação acumulada atingiu 8,19%, que representa uma redução de 3,75 p.p. face ao período homólogo. Paralelamente, a taxa de inflação homóloga situou-se abaixo de 20% durante os meses de Maio e Junho, tendo atingido 19,52% em Junho.

A inflação mensal na província de Luanda inverteu a tendência e situou-se abaixo da média nacional. Apesar de apresentarem tendências semelhantes, durante os últimos dois anos a taxa de inflação da cidade capital situava-se acima da média nacional, sendo que, desde o final do último ano, se assiste a uma inversão da trajectória. A variação média mensal atingiu 1,2%, uma redução de 0,1 p.p. face ao trimestre anterior.

A realização do Mundial de Futebol 2018 poderá ter impulsionado a inflação no IIº trimestre. A classe de Lazer, Recreação e Cultura apresentou a maior variação entre os meses Abril e Junho, com uma taxa média de 1,6%. A realização do Mundial de Futebol 2018 na Rússia poderá justificar o desempenho apurado.

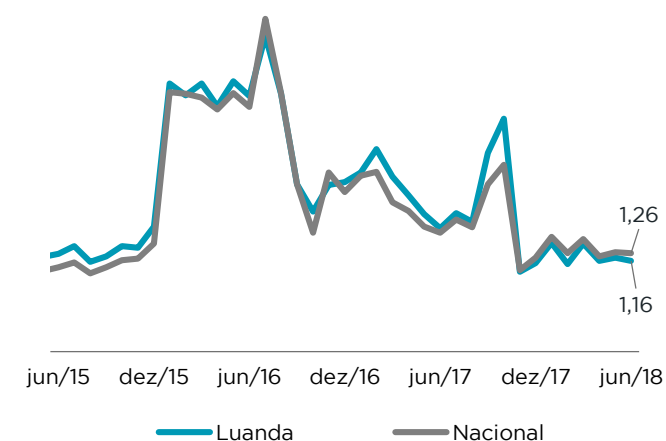
A taxa de inflação poderá atingir um dígito a partir de 2021. As projecções do Governo, plasmadas no Plano de Desenvolvimento Nacional preveem a desaceleração da inflação ao longo do ano corrente, que deverá culminar com a redução da inflação acumulada para um dígito, estimando-se que atinja 23% no final de 2018. A taxa de inflação média prevista para o quinquénio 2018-2022 situa-se em 13,86%.

A maior eficiência na afectação de divisas contribuiu para a tendência descendente da taxa de inflação. A melhoria do processo de alocação de divisas por parte do BNA desempenhou um papel importante para a redução da inflação durante o período em

análise.

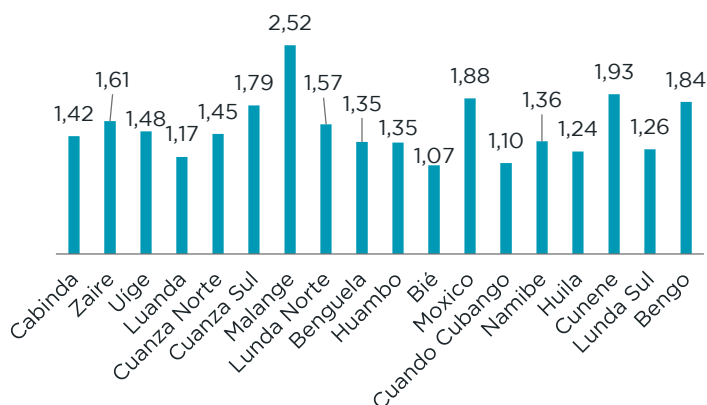
O Índice de Preços Grossistas (IPG) seguiu uma tendência crescente ao longo do IIº trimestre. O IPG apresentou, durante o IIº trimestre, um crescimento médio de 1,38%, que representa um incremento de 0,12 p.p. face ao período anterior. A variação homóloga atingiu 15,95%, diminuindo 11,44 p.p. em relação ao mesmo período de 2017.

Gráfico 3 - Taxa de inflação var. mensal (%)



Fonte: INE

Gráfico 4 - Taxa de inflação média por província (%)



Fonte: INE



*A distância de algumas províncias face aos principais pontos de abastecimento explica a acentuada disparidade registada na evolução dos preços, condicionando o acesso a determinados produtos. A criação de cadeia de valor e a melhoria das vias de transportes afiguram-se essenciais para o controlo da inflação.*

*A antecipação das expectativas associadas à desvalorização cambial tem contribuído para a desaceleração da taxa de inflação. Entretanto, outros factores poderão contribuir para a inversão da tendência.*

**Os produtos importados continuam a ter um peso significativo.** Durante o período em análise, os produtos importados tiveram um peso de 79% no IPG, sendo o remanescente pertencente aos produtos nacionais. À semelhança do período anterior, os preços dos produtos da Secção A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura registou a maior variação, quer nos importados como nos nacionais.

**Os produtos da indústria transformadora registaram as maiores contribuições.** A Secção D - Indústria Transformadora foi a que mais contribuiu para a variação dos preços importados e nacionais, com uma média de 1,29 p.p. e 0,82 p.p., respectivamente, o que poderá reflectir a necessidade do desenvolvimento do sector manufactureiro no país. Entre os produtos importados que mais contribuíram destacam-se: a carne de porco, frango congelado, farinha de trigo, cerveja, leite em pó, gasosa, vinho, açúcar, whisky, óleo de soja, chouriço, tomate pelado, arroz, entre outros.

**O Índice de Preços dos Produtos de Preços Vigiyados (IPPV) seguiu tendência desceute ao longo dos três meses.** A variação do IPPV apurada no IIº trimestre atingiu -4,58%, situando-se em 27.809,2 pontos. Por um lado, as maiores reduções apuraram-se nos produtos como a Fuba de Mandioca (1kg) e a Mandioca (1kg), em 33% e 25%, sendo comercializados a 258,27 e 298,65 AOA, respectivamente. Por outro lado, o preço dos produtos como o Tomate (1kg) e o Sal (1kg) registaram os aumentos mais significativos, cerca de 16% e 12%, para 694,58 e 232,17 AOA, respectivamente.

**O comportamento dos produtos de preços vigiyados (PPV) apresenta uma acentuada disparidade entre as províncias.** Entre as províncias em análise (Benguela, Cabinda, Cuanza Norte e Lunda Norte) verifica-se uma acentuada disparidade no comportamento dos preços do PPV, que poderá ser justificada pela distância de algumas províncias em relação aos pontos de entrada da maioria dos PPV, o que condiciona o acesso a determinados bens.

**A apreciação da moeda no mercado informal contribuiu positivamente.** Um dos factores que contribuiu para a performance do IPPV foi a

apreciação do Kwanza no mercado informal, como resultado da melhoria na disponibilidade de divisas por parte do Banco Nacional de Angola.

### A desaceleração da taxa inflação

O BNA, enquanto autoridade monetária, é, também, a instituição competente para gizar políticas de estabilização dos níveis de preços na economia e, em virtude da aceleração da taxa de inflação nos últimos anos, a instituição tem adoptado medidas monetárias e cambiais restritivas. Assim sendo, as medidas do BNA têm-se centrado, fundamentalmente, na alteração das principais variáveis que determinam a variação da taxa de inflação, como a taxa de câmbio e de juro, a variação do agregado monetário M2, entre outras.

Nesta perspectiva, e em virtude da aplicação do novo regime de taxa de câmbio, com o Kwanza a depreciar no Iº semestre face ao euro e dólar, em 56% e 50%, respectivamente, era expectável um reflexo de tal perda de poder do Kwanza nos níveis de preços na economia, no mesmo período. O que não se verificou, pelo menos até ao Iº semestre de 2018, altura em que o novo regime de taxas de câmbio foi aplicado, verificando-se, pelo contrário, uma desaceleração das taxas de inflação.

O desempenho que se afigura atípico, à luz da estrutura produtiva e do padrão do comércio externo de Angola, poderá reflectir os ajustamentos em baixa das expectativas dos agentes económicos em virtude da antecipação de uma medida que era dada como certa, por parte do BNA, mas que tardou em ser implementada. Com efeito, o *lag* entre a apuração e divulgação por parte das autoridades da necessidade de depreciação da moeda e a sua aplicação e efectivação poderá justificar o desempenho positivo da taxa de inflação, durante o período em análise, uma vez que os agentes económicos incorporaram a expectativa de desvalorização nas suas decisões de investimentos e consumo, entre 2015 e 2017, altura em que a taxa de inflação atingiu níveis próximos dos 40%. Em decorrência, o Executivo já reconheceu, por meio do PDN (2018-2022), que a taxa de inflação poderá atingir 23% até ao final do ano, em virtude da desvinculação das perspectivas, quase que proporcional, entre as variações cambiais e as variações nos preços na economia nacional.

Outros factores poderão justificar o actual desempenho dos índices de preços na economia, tais como: a melhoria na afectação das divisas; a alteração no padrão de consumo das famílias; a melhoria no abastecimento e distribuição dos produtos internos; a melhoria na fiscalização dos preços vigiyados; a redução da massa monetária em circulação; entre outros.

Entretanto, a desaceleração da inflação poderá ser revertida até ao final do ano, em virtude do escassear de alguns produtos no mercado, da aproximação das quadras festivas, a degradação das vias de transportes com o período chuvoso. Outrossim, pelo facto do BNA ter dado indicações do início no abrandamento da política monetária restritiva, com impacto na liquidez bancária, capacidade de concessão e acesso ao crédito, o que poderá pressionar as taxas de câmbio e de inflação no futuro.



# 5. Indicadores Monetários

- A liquidez em moeda nacional tem contraído, enquanto a liquidez em moeda estrangeira tem aumentado como resultado da depreciação cambial.
- As reservas livres em moeda estrangeira mais que duplicaram ao longo do semestre, e apenas parte deste crescimento resulta do efeito da depreciação cambial

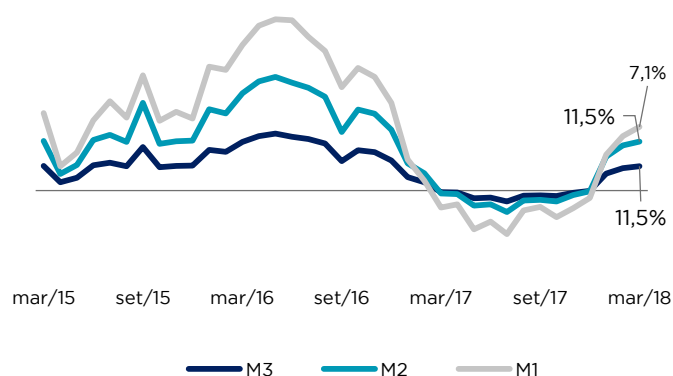
A liquidez em moeda nacional tem contraído, enquanto a liquidez em moeda estrangeira tem aumentado como resultado da depreciação cambial. A massa monetária, mensurada pelos agregados monetários M1, M2 e M3, apresentou uma tendência ascendente generalizada. O agregado M1 foi o que menos cresceu no Iº semestre, tendo apresentado uma variação de 2%. Os agregados M2 e M3 aumentaram 12,3% e 12,4% ao longo do semestre, respectivamente. A variação dos agregados monetários espelha, essencialmente, o efeito da depreciação cambial em vigor desde o início do ano. O crescimento do agregado M1, de 2%, foi suportado em 1,96 p.p. pelo aumento dos depósitos à ordem em moeda estrangeira e 0,08 p.p. em moeda nacional, que suplantaram o efeito da diminuição das notas e moedas em poder do público. O efeito da depreciação cambial se fez sentir, em maior proporção, nos depósitos a prazo e, conseqüentemente, nos agregados M2 e M3. Os depósitos a prazo em moeda nacional cresceram 0,8% e em moeda estrangeira, cerca de 65,7%. Portanto, o crescimento do M2 ao longo do Iº semestre de 2018, de 12,3%, foi suportado em 11 p.p. pelos depósitos a prazo em moeda estrangeira, apenas 0,2 p.p. pelos depósitos a prazo em moeda nacional, e o remanescente representa o contributo do agregado mais restrito, nesse caso o M1.

As reservas livres em moeda estrangeira mais que duplicaram ao longo do semestre, e apenas parte deste crescimento resulta do efeito cambial. As reservas livres dos bancos em moeda estrangeira aumentaram de 45.296 milhões AOA a 100.155 milhões AOA, um incremento de 121%. Entretanto, como a variação da taxa de câmbio do dólar e euro em relação ao kwana não chegou a atingir 60%, nota-se que parte significativa do incremento tem origem em outras fontes, como, por exemplo, a maturação títulos em moeda estrangeira e período de aumento de venda de divisas pelo BNA.

A base monetária em moeda nacional contraiu pelo IIº trimestre consecutivo, o que espelha a eficácia das recentes políticas monetárias adoptadas pelo Banco Central. A base monetária reduziu cerca de 12,2% ao longo do IIº trimestre de 2018, tendo reduzido mais do que no Iº trimestre de 2018, altura em que contraiu 2,6%. Na análise ao semestre constata-se que o indicador contraiu 14,4% no Iº semestre de 2018, que contrasta com o incremento de 11,5% apurado no semestre antecedente. A tendência da base monetária em 2018 tem sido marcada pela maior eficácia das medidas contraccionistas de políticas monetárias adoptadas pelo BNA.

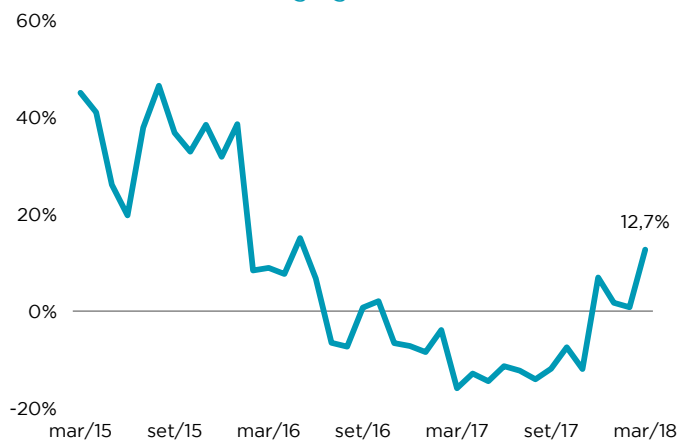
Os depósitos excendentários reduziram como resultado do fim da obrigatoriedade de constituição de cativos no mercado cambial. Os bancos comerciais reduziram as reservas livres médias apuradas no Iº semestre, de 437,87 mil milhões AOA em 2017 para cerca de 234,54 mil milhões AOA em 2018, quase a metade, como resultado do fim da obrigatoriedade de constituição de cativos para o acesso aos leilões de divisas.

Gráfico 5 - Taxa de crescimento Base Monetária



Fonte: BNA, var. homóloga

Gráfico 6 - Agregados Monetários



Fonte: BNA, var. homóloga



# 6. Política Monetária

- *O BNA deu sequência ao processo gradual de redução das taxas de juros e estímulos à expansão do sector privado, ao reduzir as taxas de juro de referência e o coeficiente das reservas obrigatórias.*
- *Os bancos comerciais passam a poder utilizar uma parcela maior dos depósitos do Governo, com a redução dos coeficientes das reservas obrigatórias do Governo central e locais para 17%.*

O Banco Nacional de Angola eliminou a Taxa de Juro da Facilidade de Cedência de Liquidez *Overnight*, em Maio, prevalecendo apenas a Taxa BNA, que passa a fazer o duplo papel de taxa directora e de facilidade de cedência de liquidez. O Comité de Política Monetária do BNA decidiu, na reunião de Maio de 2018, reduzir a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez de 20% para 18%, nível da Taxa BNA. Igualmente, decidiu unificar a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e a taxa básica de juro (Taxa BNA), passando a designar-se apenas por Taxa BNA. Sendo assim, a Taxa BNA passou a reflectir o custo efectivo da cedência de liquidez aos bancos comerciais, pelo BNA.

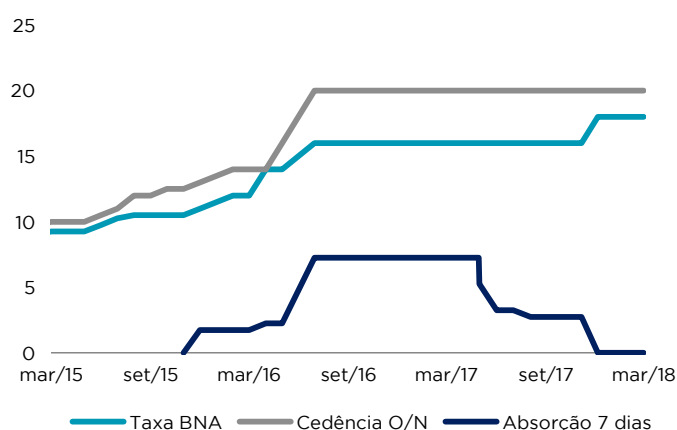
No Comité de Política de Monetária de Maio, o Banco Central decidiu reduzir o coeficiente das reservas obrigatórias em 2 p.p., e alterar a periodicidade das reuniões do Comité. O CPM decidiu reduzir o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional de 21% para 19%. Estas decisões tiveram como fundamento ajustar e melhorar a eficácia dos instrumentos de política monetária, contribuindo para a continuidade do processo de estabilização macroeconómica e solidez do sistema financeiro. Por outro lado, informou que, doravante, o Comité de Política Monetária passaria a reunir-se bimestralmente.

O CPM do BNA dá sequência ao processo gradual de redução das taxas de juros e estímulos à expansão do sector privado, ao reduzir a Taxa BNA e o coeficiente das reservas obrigatórias. A tendência de queda da taxa de inflação homóloga, que já atingiu níveis muito abaixo dos 23% previstos na Programação Macroeconómica do Executivo, permitiu ao Banco Central cortar a Taxa BNA, em Julho, de 18% para 16,5%. Por outro lado, diminuiu o coeficiente das reservas obrigatórias em 2 p.p., pela segunda vez consecutiva, tendo passado de 19% a 17%. As medidas adoptadas pelo regulador do sistema bancário reflectem, além da tendência do nível geral de preços na economia, o compromisso com a actividade do sector privado que carece de

estímulos, dado os entraves impostos pelo actual contexto económico, e actual nível de custos de financiamento.

Os bancos comerciais passam a poder utilizar uma parcela maior dos depósitos do Governo, com a redução dos coeficientes das reservas obrigatórias do Governo central e locais para 17%. O CPM do BNA decidiu também padronizar o coeficiente das reservas obrigatórias em 17% para todos os depósitos em moeda nacional. Anteriormente, o coeficiente para os depósitos do Governo Central fixava-se em 75%, e para os Governos Locais e Administrações Municipais situava-se em 50%. A decisão confere liquidez adicional aos bancos, principalmente para os bancos que possuem grandes volumes de depósitos do Governo, em moeda nacional, que são, essencialmente, os de maior dimensão. Os dados preliminares de Julho apontam para um incremento da liquidez de 94,26 mil milhões AOA, o montante da redução das reservas obrigatórias em moeda nacional.

Gráfico 7 - Taxa de Juro BNA (%)



Fonte: BNA



# 7. Sector Externo

- *As Reservas Internacionais Líquidas continuam em níveis baixos, apesar da tendência apurada durante o período em análise. Para 2019, as previsões do Fundo Monetário Internacional demonstram que o país poderá situar-se abaixo das reservas necessárias para a cobertura de 6 meses de importação.*
- *As projecções para os termos de troca apontam para uma expansão pelo segundo ano consecutivo, após quatro anos em terreno negativo.*

**As Reservas Internacionais Líquidas (RIL's) continuam em níveis moderados.** Durante o II<sup>o</sup> trimestre do ano corrente, as RIL's atingiram 13,26 mil milhões USD, um incremento de 0,52% face ao período anterior. Entretanto, o montante apurado apresenta-se como o quinto nível mais baixo desde o início da série histórica, em 2011.

**As RIL's poderão atingir um dígito.** A última consulta do Fundo Monetário Internacional ao abrigo do Artigo IV, concluída em Maio, demonstra que as Reservas Internacionais Líquidas poderão encerrar o ano em 9,7 mil milhões USD. Paralelamente, as Reservas Internacionais Brutas poderão situar-se em 14,338 mil milhões USD, o que servirá para a cobertura de apenas 5,2 meses de importação, abaixo da meta de convergência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral-SADC, de 6 meses.

**A percentagem da balança comercial sobre o PIB atingirá 17,4%.** A instituição de Bretton Woods prevê a expansão do peso das exportações e importações sobre o PIB, para 33,4% e 16,0%, de 26,2% e 12,7%, respectivamente, o que resultará num saldo comercial de 17,4% do PIB, uma melhoria de 3,9 p.p. face ao ano anterior.

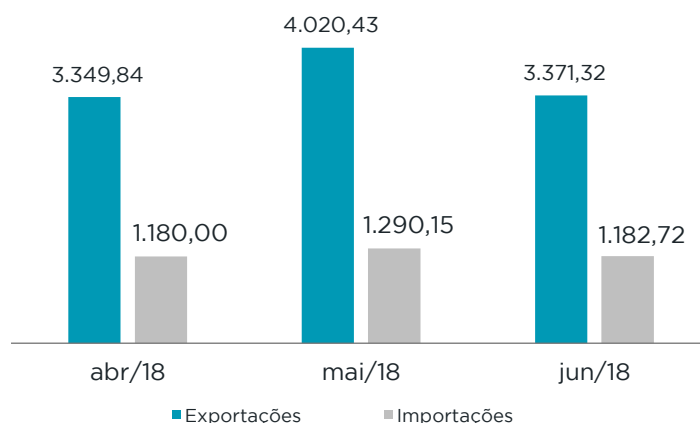
**Os termos de troca se expandirão pelo segundo ano consecutivo, que representa um aumento de 16,8%.** Estima-se que os termos de troca registem um aumento de 16,8%, que apesar de representar o segundo ano de expansão consecutivo, após quatro anos de contracção, corresponde a uma moderação face à variação de 21,7% no ano anterior.

**Os dados disponibilizados pelo BNA demonstram que o saldo das exportações apuradas durante o II<sup>o</sup> trimestre do corrente situou-se em 10.741,59 milhões USD, um incremento de 10,68% face ao trimestre anterior.** O desempenho das exportações totais poderá reflectir o incremento de 25,22% nas vendas de diamantes. O montante encaixado com a

venda de gás atingiu 612,58 milhões USD de Abril a Junho do ano corrente, que corresponde a uma diminuição de 19% em relação ao I<sup>o</sup> trimestre. Importa ressaltar que apesar do montante arrecadado com a exportação de petróleo registar um aumento de apenas 13%, representou cerca de 89% do valor global das exportações.

**Durante o período em análise o saldo apurado com as importações fixou-se em 3.652,87 milhões USD, um aumento de 30,21% comparativamente aos três primeiros meses do ano corrente.** O montante desembolsado com a importação de combustíveis apresentou o maior incremento, cerca de 67%, situando-se em 662,94 milhões USD. Por outro lado, o saldo comercial registou incremento de 2,73% no trimestre em análise, ao situar-se em 7.088,71 milhões USD.

Gráfico 15 – Exportações e Importações (milhões USD)



Fonte: BNA



# 8. Mercado Cambial

- O processo de formulação da taxa de câmbio por via da realização de leilões de venda de divisas continuou ao longo do IIº trimestre, o que resultou na continuidade da depreciação da moeda nacional.
- O diferencial entre as taxas de câmbio formal e informal registou uma tendência descendente entre os meses de Abril e Junho.

O montante de divisas disponibilizadas pelo BNA no IIº trimestre registou incremento de 56%. O BNA vendeu, durante o IIº trimestre, cerca de 3,504 mil milhões EUR, que representa um incremento de 56% face ao trimestre anterior e 58% em relação ao período homólogo.

As vendas mensais registadas em Maio e Junho apresentaram os maiores volumes. As vendas de divisas efectuadas durante os meses de Maio e Junho atingiram os maiores montantes mensais desde Março de 2017, o que reflecte o cronograma estabelecido pelo BNA para a regularização de atrasados - operações de importação de mercadorias e serviços que aguardam cobertura cambial e pagamentos aos fornecedores estrangeiros - com data de licenciamento anterior ao ano de 2018.

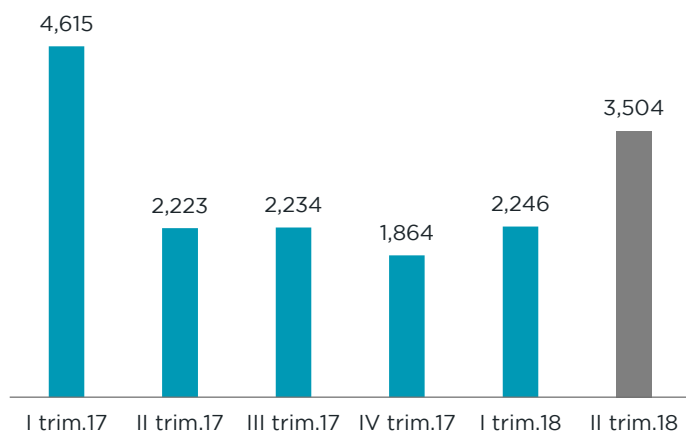
A alteração do regime cambial tem apresentado resultados positivos. A taxa câmbio no mercado primário continuou a depreciar, situando-se em 288,87 AOA por unidade de euro e 248,27 AOA por cada dólar. A depreciação acumulada atingiu 56% e

50%, respectivamente. Durante o mesmo período, embora em sentido contrário, registou-se uma apreciação da moeda nacional no mercado paralelo em 10% face ao dólar e ao euro, com uma cotação de 391,67 e 461,67 AOA, respectivamente.

O BNA tem garantido a eficiência da política cambial. Durante o IIº trimestre o BNA aprovou um conjunto de instrutivos que visam garantir uma maior eficiência da política cambial. Destaca-se o aumento dos limites de operações cambiais de ajuda familiar, tendo a venda mensal passado para 1.000 EUR (antes em 500 EUR) por beneficiário e 2.500 EUR por ordenador.

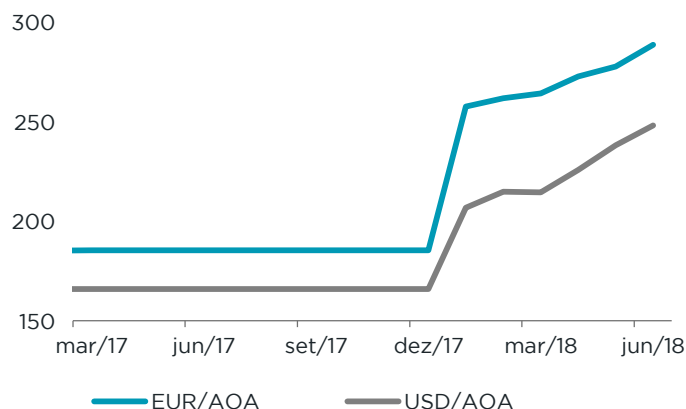
A política contraccionista contribuiu para a apreciação da moeda nacional no mercado informal. A redução das notas e moedas em poder do público, que durante o IIº trimestre atingiu 321,55 mil milhões AOA, uma queda de 12% face ao trimestre anterior, contribuiu para a menor procura por divisas e consequente apreciação da taxa de câmbio no mercado paralelo.

Gráfico 13 - Venda mensal de divisas (Mil Milhões EUR)



Fonte: BNA

Gráfico 14 - Evolução da taxa de câmbio no mercado primário



Fonte: BNA



# 9. Mercado Monetário

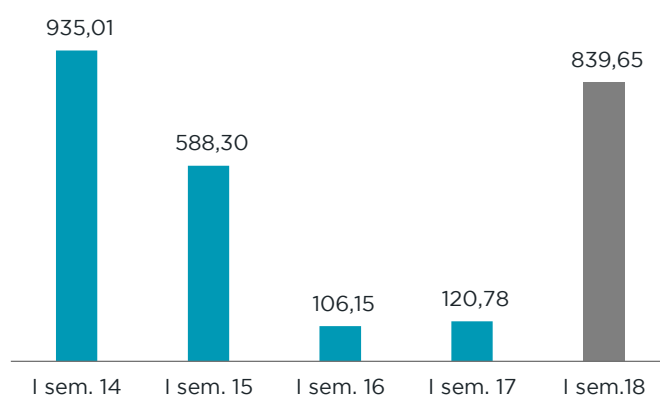
- A média de transacções de liquidez no mercado interbancário, no 1º semestre de 2018, atingiu o máximo dos últimos 3 anos.
- As taxas de juro LUIBOR cresceram ao longo do IIº trimestre de 2018, reflectindo a contracção generalizada de liquidez em kwanzas no sistema financeiro.

O volume médio de liquidez transaccionada no 1º semestre de 2018 atingiu o máximo dos últimos 3 anos. Os bancos comerciais transaccionaram, em média, cerca de 839,65 mil milhões AOA, no MMI, ao longo do primeiro semestre de 2018, que representa o volume máximo transaccionado num 1º semestre dos últimos 3 anos.

As taxas de juro LUIBOR cresceram ao longo do 1º semestre de 2018, reflectindo a contracção generalizada de liquidez em kwanzas no sistema financeiro. As taxas de juro LUIBOR cresceram ao longo do 1º semestre, entre 0,06 e 4,17 p.p., a excepção da LUIBOR a 12 meses que assumiu uma tendência contrária, tendo diminuído 0,21 p.p. A LUIBOR *Overnight* apresentou o maior aumento, tendo evoluído de 17,77% a 21,94%, reflectindo a contracção de liquidez em kwanzas na economia, gerada pela política monetária, ainda restritiva, e pelo aumento das vendas de divisas pelo Banco Central.

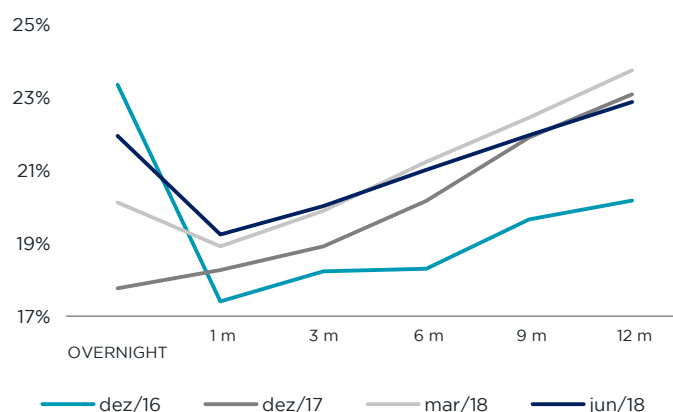
Os bancos comerciais reduziram as operações de redesconto em 99,94%, em 3 meses, demonstrando que necessitam cada vez menos de liquidez de emergência, após as recentes medidas de política monetária adoptada pelo BNA. A liquidez transaccionada em operações de redesconto caíram de 163.601,78 milhões AOA em Abril para 104,95 milhões AOA em Julho, que representa uma redução de 99,94%. Os bancos beneficiaram das recentes decisões do BNA, que reduziu o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional, e uniformizou o nível das taxas dos Governos Centrais, Locais e Administrações Municipais, em 17%.

Gráfico 8 - Transacções no MMI (Mil Milhões AOA)



Fonte: BNA, média semestral

Gráfico 9 - Yield Curve



Fonte: BNA

Tabela 2 - Taxa de Juro do MMI (%)

Luibor	I trim. 17	II trim. 17	III trim. 17	IV trim. 17	I trim. 18	II trim. 18
<i>Overnight</i>	23,67	22,40	19,70	17,77	20,12	21,94
1 Mês	19,28	18,57	18,01	18,27	18,92	19,24
3 Meses	21,05	20,15	18,81	18,92	19,89	20,02
6 Meses	23,08	21,65	19,45	20,16	21,32	21,01
9 Meses	24,65	22,89	20,90	21,90	22,44	21,96
12 Meses	25,75	24,44	21,97	23,08	23,74	22,87

Fonte: BNA





# 10. Mercado de Capitais

- *O endividamento interno tem apresentado uma estrutura de incremento da emissão de títulos de maturidades mais longas.*
- *A estratégia de redução do endividamento do Governo tem apresentado reflexo no rendimento dos Títulos do Tesouro, com as taxas a apresentarem trajectória decrescente.*

A emissão de Títulos do Tesouro fixou-se em 470,3 mil milhões AOA, uma redução de 5,4% em relação ao período homólogo. A contribuição das Obrigações do Tesouro (OT) sobre o montante total emitido reduziu de 83% no 1º trimestre de 2018, para 56%, no trimestre em análise. A análise homóloga revelou uma redução da emissão de Bilhetes do Tesouro em 45% e incremento 124% na colocação de OT, segundo dados do BNA.

As Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio (OT-TXC) têm registado baixa procura. O Tesouro emitiu, com o suporte do Banco Nacional, OT-TXC num montante de 41.138,12 milhões AOA, tendo registado um rácio de cobertura de 5%, durante o período em análise.

O volume de títulos negociados no mercado secundário registou incremento de 155% no IIº trimestre de 2018, comparativamente ao período homólogo de 2017. O montante de dívida pública transaccionada na BODIVA atingiu cerca de 215,11 mil milhões AOA, um incremento de 50% em relação ao trimestre anterior. A emissão de Obrigações do Tesouro representou 87% do montante total transaccionado, sendo que as negociações realizadas no ambiente bilateral corresponderam a 29% do total.

As taxas de juro dos Títulos do Tesouro diminuíram no IIº trimestre. As taxas dos Bilhetes do Tesouro apresentaram variação de -4,37 p.p. e 5,98 p.p., para as maturidades a 182 e 364 dias, respectivamente. Sendo que, no caso das Obrigações do Tesouro, o destaque recai sobre as Não-Reajustáveis, com 1 ano de maturidade, que apresentou diminuição de 12,25 p.p., para 11,75%, na análise de Abril a Junho. A análise de Abril a Junho de 2017 apresenta variações apenas nas taxas dos Bilhetes do Tesouro em 1 p.b e -1 p.b., para 16,15% e 20,24%, nas maturidades a 91 e 182 dias, respectivamente.

A emissão de *Eurobonds* em Maio do corrente ano registou um nível de procura que triplicou a oferta. A segunda emissão de *Eurobonds* constituiu um montante total de 3 mil milhões USD, um incremento de 50% em relação à emissão de Novembro de 2015, subdividido em 1,75 mil milhões USD na maturidade de 10 anos e taxa de juro de

8,25%, e 1,25 mil milhões USD na maturidade de 30 anos e taxa de juro de 9,375%. O montante colocado superou o financiamento inicial de 2 mil milhões USD aprovado pelo Despacho Presidencial nº 24/18 de 05 de Março. Destaca-se que a emissão com 30 anos de maturidade uniu Angola, à África do Sul e a Nigéria, como os únicos países da África Subsariana a emitirem títulos na maturidade referenciada.

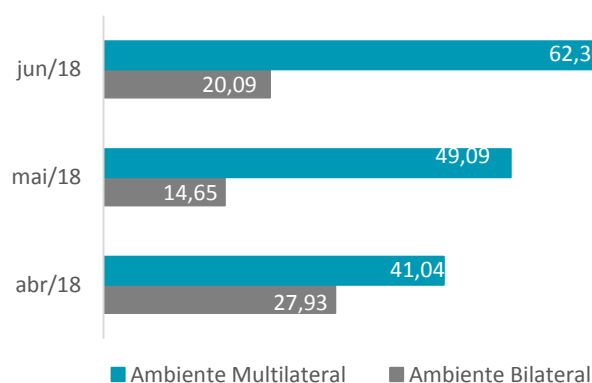
A procura superior à oferta justificou a captação adicional, além da emissão prevista, de *Eurobonds* pelo Governo angolano. O montante de 500 milhões USD referente à operação, no mês de Julho, poderá ser adicionado à parcela de 1.250 milhões USD, com maturidade de 30 anos e taxa de 9,375%.

Gráfico 10 - Yield dos Eurobonds Africanos (%)

País	Emissão	Maturidade	mai/18	jun/18
Angola	04/11/2015	12/11/2025	7,29	7,82
Angola	02/05/2018	05/09/2028	7,74	8,20
Angola	02/05/2018	05/08/2048	8,77	9,27
Egipto	13/02/2018	21/02/2028	6,89	7,77
Senegal	06/03/2018	13/03/2048	7,58	8,00
Nigéria	15/02/2018	23/02/2038	7,63	8,23
Quénia	21/02/2018	28/02/2028	7,15	7,81

Fonte: Bloomberg

Gráfico 11 - Volume transaccionado mercado secundário (mil milhões AOA)



Fonte: BODIVA



# 11. Sector Bancário

- A qualidade dos activos melhorou ao longo do 1º semestre do ano corrente, tal como as provisões para o crédito mal parado.
- A tendência do rácio *cost-to-income* e do *spread* das taxas de juros activas e passivas confirmam tendência crescente da lucratividade do sector.

A qualidade dos activos melhorou ao longo do 1º semestre do ano corrente, tal como as provisões para o crédito mal parado. O rácio do crédito vencido mal parado sobre o crédito total bruto reduziu de 28,8% em final de 2017 para 26,3% em Junho de 2018. Em relação ao crédito mal parado líquido de provisões para imparidades sobre os fundos próprios regulamentares, o rácio reduziu para metade, de 35 para 19,9 pontos, reflectindo, provavelmente, que os bancos ampliaram significativamente as suas provisões para imparidades. Por outro lado, o relatório de Estabilidade Financeira de 2017 do BNA, recentemente divulgado, antecipa que a qualidade dos activos do sistema bancário registaria melhorias significativas em meados de 2018 como resultado da transferência de activos, denominados “tóxicos”, dos bancos para a Recredit, uma sociedade anónima de capital público (participada a 100% pelo Estado), com o objectivo de absorver o crédito malparado do sistema bancário.

A actividade bancária mantém-se rentável, apesar do período de crise económica. O lucro líquido sobre o activo total médio dos bancos

(Rendibilidade dos Activos) aumentou significativamente, passando de 2,1% a 3,1%, e o lucro líquido sobre fundos próprios totais médio (rendibilidade do capital) passou de 14,5% a 19%, de Dezembro de 2017 a Junho de 2018, respectivamente, que demonstra que a actividade bancária continua muito rentável.

A tendência do rácio *cost-to-income* e do *spread* das taxas de juros activas e passivas confirmam o aumento da lucratividade do sector. O rácio *cost-to-income* contraiu de 51,8% em Dezembro de 2017 para 27,6% em Junho de 2018, que demonstra que a proporção dos custos operacionais em relação ao produto bancário reduziu. A diferença (*spread*) entre as taxas de empréstimo e taxas de depósitos aumentou, no período em análise, de 23,8% a 27,1%.

A liquidez no sistema financeiro contraiu significativamente ao longo do 1º semestre. O rácio dos activos líquidos sobre os passivos de curto prazo diminuíram de 55,6% em Janeiro de 2017 para 48,5% em Junho do mesmo ano, evidenciando a redução da liquidez no balanço dos bancos comerciais.

Tabela 3 - Rácios de supervisão do sistema financeiro

Descrição dos rácios	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18
<b>Qualidade dos Activos</b>						
Crédito mal parado/ Crédito Total Bruto	27,8	31,3	31,4	31,7	32,7	26,3
Crédito mal parado não provisionado / Fundos Próprios regulamentares	36,4	35,4	34,6	33,6	34,9	19,9
<b>Lucro e Rentabilidade</b>						
Rentabilidade dos Activos	1,8	1,5	1,5	2,4	2,8	3,1
Rentabilidade do Capital	13,6	10	9,8	15,6	18	19
Cost-to-income	15,8	20,7	23,6	24,7	25,2	27,6
<i>Spread</i> Taxa de juro (Activa - Passiva)	22,9	23	23	25,6	22,1	27,1
<b>Liquidez</b>						
Activos Líquidos/ Passivo de curto prazo	55,6	55,8	53,7	53,8	53,7	48,5
Crédito Total/ Depósitos Totais	48,9	51,0	51,0	51,3	50,6	47,5
Passivo ME/ Passivo Total	38,5	39,2	39	39,8	40,2	42,0

Fonte: BNA



# 12. Indicadores Sociais

- *O Sistema Estatístico Nacional tem disponível apenas 41% dos indicadores necessários para o monitoramento e avaliação do alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.*
- *O sector da educação viu-se reforçado com admissão de mais 20 mil professores.*

**O INE tem disponível cerca de 41% dos 244 indicadores necessários para avaliação da aplicação dos ODS.** O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou os Indicadores de Linha de Base 2018, que deverão auxiliar o monitoramento da execução do Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Angola. Dos 244 indicadores exigidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a entidade responsável no monitoramento da aplicação de medidas que contribuam para o alcance das metas, o INE reportou apenas 91 indicadores, o que deverá sugerir um maior esforço na elaboração dos indicadores em falta, de formas a auxiliar o executivo na aplicação das medidas de políticas atinentes ao alcance das metas do programa.

**O índice de pobreza multidimensional atinge 48% da população residente em Angola.** As populações continuam a ter privações ao acesso de serviços básicos como, a saúde, educação, água potável e saneamento básico, necessários para a melhoria das condições de vida das pessoas. Com efeito, o relatório do INE, apurou que cerca de 48% da população residente no país vive em pobreza multidimensional, com as maiores contribuições a serem observadas em indicadores como as privações em anos de escolaridade (16%), seguidos pela frequência escolar (15%) e nutrição (11%).

**A economia informal contribui para o sustento de aproximadamente 75% da população angolana.** O PDN 2018-2022 estima que a economia informal

representa mais de 40% da actividade económica e contribua para o sustento de cerca de 75% da população do País. O relatório da OIT demonstra que o país apresenta a maior percentagem no rácio de emprego informal sobre o emprego total, em África, cerca de 94,1%, uma diferença de 8,3 p.p. em relação à média do continente, que se situa em 85,8%.

**O sector da educação viu-se reforçado com admissão de mais 20 mil professores.** A realização do concurso público no sector da Educação, que previu a entrada de 20 mil professores em todo o território nacional, deverá contribuir para que mais crianças tenham acesso ao sistema de ensino, para a melhoria da qualidade do ensino no país, tal como a melhoria das condições de vida dos jovens que obtiveram o primeiro emprego.

**O acesso à água e à energia registaram melhorias significativas nos últimos quatro anos.** O acesso à água potável tem registado melhorias, sendo que cerca de 67% da população tem acesso, com um nível de cobertura nas zonas rurais e urbanas de 66% e 60%, respectivamente. O Governo pretende ampliar a cobertura de abastecimento de água de 60% em 2017 para 85% em 2022, de acordo o PDN. Por outro lado, a taxa de electrificação do país situa-se em 36%, verificando-se uma maior concentração na cidade capital, cerca de 75%, enquanto em algumas províncias, como o Bié, a taxa atinge 8%. Espera-se aumentar a taxa nacional para 50% até 2022.

## Objectivo de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda “Transformar o Nosso Mundo”: “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” foi aprovada em 25 de Setembro de 2015 pelos líderes dos 193 Estados-Membros das Nações Unidas, na Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Nova Iorque, tendo entrado em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, assenta em 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 Metas. A mesma deve ser implementada por todos os países do Mundo até 2030, diferente dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no período 2000-2015, que foram dirigidos apenas aos países em desenvolvimento. Profundas diferenças separam a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da anterior, em particular o seu carácter universal.



# 13. Ambiente de Negócios

- *O Governo pretende privatizar 74 empresas públicas no médio prazo, com prioridades para as empresas ligadas ao sector industrial.*
- *O relatório sobre o investimento mundial, elaborado pela UNCTAD revela que Angola registou desinvestimentos estrangeiros em 2017.*

**A melhoria do ambiente de negócio, competitividade e produtividade é uma prioridade no PDN (2018-2022).** O PDN (2018-2022) elenca a melhoria do ambiente de negócio, da competitividade e da produtividade dos factores como uma prioridade nacional. Com efeito, estão a ser empreendidos esforços para a modernização do tecido produtivo, reestruturar a economia, reabilitar e modernizar as infra-estruturas de transporte, comunicação, electricidade, etc., de forma a transformar o potencial económico do país em bem-estar da população, esforços condicionados pelo actual contexto económico.

**O país ascendeu sete posições no ranking do *Doing Business* em 2018.** O último relatório do *Doing Business* apurou uma melhoria significativa no ranking ao passar da posição 182 em 2017 para a posição 175. O resultado verificado poderá reflectir a recuperação do preço do petróleo nos mercados internacionais, a melhoria na gestão macroeconómica e a ligeira recuperação das taxas de crescimento económico. Por outro lado, a melhoria na concessão de licenças de construção, a maior rapidez na obtenção de electricidade e o melhoramento do funcionamento do Porto de Luanda, contribuíram decisivamente para o desempenho do indicador. Destaca-se, que o mesmo programa prevê escalar 15 posições no ranking até ao final de 2022.

**O FMI deverá apoiar o Executivo na implementação do PDN e PEM.** A aplicação de medidas de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos e da balança de pagamentos, poderão contar com o apoio técnico ao Fundo Monetário Internacional ao abrigo do Instrumento de Coordenação de Políticas (PCI). O Executivo pretende acelerar a diversificação da estrutura produtiva nacional, impulsionar o crescimento económico inclusivo, restaurar a estabilidade macroeconómica e salvaguardar a estabilidade do sector financeiro, contando para isso com o suporte do FMI, que

possui uma larga experiência e reconhecimento que poderão contribuir decisivamente para o alcance dos objectivos preconizados.

**A nova Lei de Investimento exclui o limite mínimo de 1 milhão USD do investidor externo.** A nova Lei do Investimento Privado de Angola, aprovada em Maio, isenta a participação de capital nacional nos investimentos realizados por estrangeiros e anula o limite mínimo de investimento de 1 milhão USD, que visa contribuir para atracção de novos investimentos para o país, com particular destaque para as micro, pequenas e médias empresas. A aprovação do instrumento jurídico reflecte a maior abertura do país ao investimento privado.

**O governo pretende privatizar 74 empresas públicas, com destaque para as empresas ligadas ao sector industrial.** O processo que poderá transferir, de forma total ou parcial, a propriedade e/ou gestão de 74 empresas públicas para o sector privado, com vista a reduzir o peso do Estado na economia e contribuir na arrecadação de receitas, que deverá ter início em 2019. O processo de privatizações deverá ser realizado via mercado de capitais, com o desenvolvimento do mercado de dívida corporativa e de acções do país, o que poderá impulsionar uma maior eficiência no mercado, contribuir na capacidade produtiva do sector privado e ser uma alternativa ao sector bancário para o financiamento da economia.

**O relatório sobre o investimento mundial demonstra que Angola registou desinvestimentos estrangeiros em 2017.** Os dados publicados no Relatório sobre o investimento mundial produzidos pela UNCTAD, sobre o IDE, demonstraram que o IDE efectuado em Angola passou de 4,1 mil milhões USD em 2016 para -2,3 mil milhões USD em 2017. A redução do preço do petróleo nos mercados internacionais aliada à deterioração dos fundamentos macroeconómicos no período em referência, destacam-se como sendo os principais motivos para o desinvestimento apurado.



# 14. Outras Economias Africanas

- O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que as economias da região da África Subsaariana cresçam em média 3,4% durante o ano corrente, um aumento de 0,6 p.p., face ao ano anterior.
- A economia nigeriana registou uma taxa de crescimento de 1,5% no IIº trimestre de 2018, que equivale à redução de 0,45 p.p. face ao período anterior.

A África subsaariana deverá registar uma taxa de crescimento de 3,4% em 2018. A actualização das previsões de crescimento económico do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a África Subsaariana, mantiveram-se em linha com as taxas previstas na actualização de Abril, de 3,4% para 2018, um aumento de 0,6 p.p., comparativamente à taxa apurada em 2017, que reflecte, fundamentalmente, o alto nível dos preços das *commodities*, a aceleração do crescimento económico das economias avançadas, o ajustamento do modelo de crescimento económico chinês, a melhoria nas políticas macroeconómicas e as condições financeiras mundiais, ainda acomodaticias.

O IDE realizado no continente em 2017 atingiu 42 mil milhões USD. O relatório da UNCTAD, revela que o IDE efectuado no continente durante o ano de 2017 situou-se em 42 mil milhões USD, que representa uma redução de 21%, quando comparado ao período anterior. O desempenho negativo foi justificado pela redução dos preços das *commodities*, a fraca transformação estrutural no continente e a perspectiva de ajustamento das condições financeiras nas economias desenvolvidas. Para 2018, o relatório estima que o IDE cresça 20%, para perto de 50 mil milhões USD, suportado pela melhoria nos fundamentos macroeconómicos e na implementação da ZLCA. Por seu turno, o IDE da região realizado no exterior atingiu 12 mil milhões USD, um aumento de 8% face ao ano de 2016.

O CPM do Banco Central da África do Sul decidiu manter inalterada a taxa de juro em 6,5%. A taxa de inflação homóloga na África do Sul atingiu 4,6% no mês de Junho, que representa um incremento de 0,8 p.p. em relação ao mês Março, pressionado, fundamentalmente, pelas condições internacionais adversas. Por seu turno, o CPM decidiu manter inalterada a taxa de juro de referência em 6,5%, em virtude da necessidade de estimular a economia com o intuito de recuperar da contracção de 2,6% apurada no Iº trimestre.

A Nigéria registou um crescimento homólogo de 1,5% no IIº trimestre de 2018. O crescimento económico da Nigéria, apurado no período em referência, atingiu 1,5%, inferior em 0,45 p.p. face ao nível registado no trimestre anterior, mas um aumento de 0,78 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2017. O desempenho económico foi influenciado, fundamentalmente, pela redução em 7% da produção petrolífera no período em análise, para 1,656 milhões barris/dia, segundo dados da OPEP.

A Tunísia cresceu mais 0,3 p.p., para 2,8% no IIº trimestre de 2018. O crescimento económico da Tunísia apurado no IIº trimestre de 2018 atingiu 2,8%, superior em 0,3 p.p. comparativamente à taxa verificada no período anterior e destacando-se como a maior taxa apurada desde o IIº trimestre de 2013. A melhoria no ambiente de negócios e o incremento do sector do turismo impulsionaram o desempenho da economia.

Tabela 4- Investimento Directo Estrangeiro em África, 2017

Dados em Milhões USD	Fluxo		Stock	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída
África do Norte	13.271,00	1.323,00	275.097,00	35.991,00
África Central	5.733,00	193,00	87.819,00	3.674,00
África Ocidental	11.307,00	1.888,00	186.276,00	24.190,00
África Austral	3.836,00	8.500,00	235.027,00	299.711,00
África do Este	7.625,00	174,00	82.598,00	2.052,00
Total África	41.772,00	12.078,00	866.817,00	365.619,00
Total Mundo	1.429.807,00	1.429.972,00	31.524.356,00	30.837.927,00

Fonte: UNCTAD, 2018



# 15. Anexos

## 1 – Plano de Desenvolvimento Nacional

Indicadores	2018	2019	2020	2021	2022	Média 2018-2022
PIB Nominal (mil milhões AOA)	16.455	23.274	33.673	37.784	42.191	33.228
<b>Taxa de crescimento (%)</b>						
PIB	2,3	3,5	2,4	2,6	4,1	3,0
Sector petrolífero e Gás	2,0	1,7	-3,1	-5,7	-4,9	-2,0
Petróleo	0,8	0,6	-3,6	-2,5	-4,5	-1,8
Gás	18,5	14,0	1,8	-36,0	-10,8	-2,5
Sector não petrolífero	2,4	4,4	5,0	6,2	7,5	5,1
<b>Pressupostos Técnicos de Programação</b>						
Taxa de inflação (%)	23,0	17,4	13,4	9,1	6,4	13,86
Produção Petrolífera Anual (milhões barris)	602,3	604,2	583,5	570,3	544,0	580,9
Produção Petrolífera diária (milhões barris)	1,650	1,655	1,599	1,563	1,490	1,591
Preço médio do petróleo (ramas angolanas) (USD/barril)	57,95	57,15	57,08	56,91	56,80	54,90
<b>Projeção do Orçamento do Estado 2018-2022 (% do PIB)</b>						
Receitas	20,2	18,6	19,9	20,1	19,9	19,7
Tributárias	19,0	17,0	18,4	18,5	18,3	18,2
Petrolíferas	12,6	10,8	11,2	10,8	10,4	11,2
Não Petrolíferas	6,4	6,2	7,2	7,7	7,9	7,1
Outras	1,3	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5
Despesas	22,7	20,1	19,5	19,6	19,2	20,2
Correntes	18,7	15,9	15,1	14,8	14,0	15,7
Capital	4,0	4,2	4,4	4,8	5,2	4,5
Saldo Global (compromisso)	-2,5	-1,5	0,4	0,5	0,7	-0,5

Fonte: PND 2018-2022

## 2 – Taxa de Inflação

Classes	Peso	2015	2016	2017	2017 T1	2017 T2	2017 T3	2017 T4	2018 T1	2018 T2
01. Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	44,0	1,1	3,1	1,6	1,8	1,4	1,7	1,2	0,8	1,2
02. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	2,7	1,4	3,6	2,6	3,1	2,2	3,0	2,1	0,6	1,3
03. Vestuário e Calçado	6,5	1,2	2,7	3,1	3,4	3,2	3,4	2,6	1,7	1,5
04. Habitação, Água, Elect. e Combustíveis	12,5	1,0	1,7	0,9	0,6	0,3	1,0	1,6	0,6	1,1
05. Mobiliário, Equip. Dom. e Manutenção	6,0	1,4	2,9	2,7	2,2	3,2	3,2	2,1	1,6	1,1
06. Saúde	3,4	1,3	4,9	3,0	2,3	3,8	2,9	2,9	1,9	1,3
07. Transportes	7,9	0,9	2,3	1,0	1,2	0,3	0,8	1,8	1,1	0,8
08. Comunicações	3,3	0,0	3,2	0,2	0,4	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
09. Lazer, Recreação e Cultura	2,2	0,9	2,8	2,5	2,7	1,8	3,1	2,5	1,7	1,6
10. Educação	2,5	0,6	2,0	5,0	20,0	0,0	0,0	0,0	5,2	0,0
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	3,0	1,2	2,7	2,0	2,4	1,8	1,4	2,3	1,4	1,2
12. Bens e Serviços Diversos	6,0	1,6	4,3	3,2	3,9	3,4	3,0	2,5	3,0	1,4
<b>Índice Geral</b>	<b>100,0</b>	<b>1,1</b>	<b>3,0</b>	<b>2,0</b>	<b>2,4</b>	<b>1,8</b>	<b>2,0</b>	<b>1,7</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>

Fonte: INE



# 15. Anexos

## 3 - Resumo da Nova Lei do Investimento Privado

Assunto	Lei anterior (Nº14/15 de 11 de Agosto)	Nova Lei (Nº 10/18 de 26 de Junho)
Valor mínimo do investimento	Aplica-se a investimentos internos com montante mínimo de 50.000.000 AOA e a investimentos externos de qualquer montante. Qualquer investimento externo habilita o repatriamento de lucros/dividendos desde que efectuado no âmbito da Lei de Investimento Privado (LIP).	Sem referência ao valor mínimo de investimento tanto interno quanto externo. Qualquer investimento externo habilita o repatriamento de lucros/dividendos desde que efectuado no âmbito da Lei de Investimento Privado (LIP).
Montante mínimo de investimento externo para acesso a benefícios e incentivos	Investimento externo igual ou superior a USD 1.000.000 e investimentos internos iguais ou superiores a USD 500.000 poderão obter incentivos ou benefícios fiscais e aduaneiros determinados de acordo com uma tabela tendo em conta, designadamente, criação de postos de trabalhos para nacionais, valor do investimento ou localização do investimento.	Sem valor mínimo de investimento obrigatório. No entanto, os termos de regime de declaração prévia e dos contratos de investimento ainda terão de ser regulamentados após a aprovação desta nova lei, pelo que não é de excluir a possibilidade de virem a ser impostos limites mínimos de investimentos.
Parcerias locais	Obrigatoriedade de parceria com cidadãos angolanos, com empresas de capital público ou empresas angolanas, em que aqueles detenham pelo menos 35% do capital e uma participação efectiva na gestão nos seguintes sectores: i) electricidade e água; ii) hotelaria e turismo; iii) transporte e logística; iv) construção civil; v) telecomunicações e tecnologias de informação, vi) meios de comunicação social.	Não estabelece a obrigatoriedade de parcerias com cidadãos ou empresas angolanas, sem prejuízo de regulação específica para determinados sectores de actividade, como o petróleo e gás.
Repatriamento de lucros e dividendos ( <i>sem alterações</i> )	Direito de repatriamento dos seguintes valores: i) dividendos; ii) produto da liquidação; iii) indemnizações; e iv) <i>royalties</i> e outros rendimentos associados a cedência de tecnologia. Repatriamento sujeito apenas à i) implementação do projecto, e ii) prova da execução, independentemente do montante do investimento. Sem ponderação de critérios objectivos ou limitações temporais.	
Benefícios fiscais e aduaneiros	a) Incentivos e benefícios fiscais e aduaneiros não são de concessão automática ou indiscriminada, e são limitados no tempo; b) Atribuição, tipo de benefícios, graduação e duração de benefícios fiscais sujeitos i) à realização de um investimento mínimo de USD 1.000.000; ii) ao cumprimento de requisitos obrigatórios previstos para o investidor e iii) ao preenchimento de diversos critérios objectivos previstos na Tabela dos Incentivos Fiscais anexa à lei.	a) A LIP estabelece que os benefícios fiscais e aduaneiros não são automáticos e são limitados no tempo; b) Contudo, é previsto que os benefícios são de concessão automática em ambos regimes, variando, no caso do regime especial em função da zona de desenvolvimento; c) Os benefícios fiscais são superiores no regime especial quando comparados com regime de declaração prévia.

Fonte: Nova Lei do Investimento Privado - Miranda Alliance e Diário da República

## 4 - Balança Comercial

Descrição	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18
<b>Exportações</b>	<b>3.173,95</b>	<b>3.010,74</b>	<b>3.520,63</b>	<b>3.349,84</b>	<b>4.020,43</b>	<b>3.371,32</b>
Petróleo	2.962,25	2.661,56	2.909,55	3.047,20	3.569,86	2.989,93
Diamante	37,27	59,84	138,28	73,47	141,19	80,10
Gás Associado	113,91	227,35	411,95	168,77	220,83	222,98
Refinados	41,32	46,05	40,49	43,99	47,38	46,73
Café	0,05	0,28	0,10	0,27	0,06	0,06
Outras	19,15	15,67	20,26	16,14	41,09	31,52
<b>Importações</b>	<b>919,52</b>	<b>1.008,97</b>	<b>876,78</b>	<b>1.180,00</b>	<b>1.290,15</b>	<b>1.182,72</b>
Combustíveis	114,27	133,96	148,10	252,33	216,78	193,83
Alimentos	199,42	169,16	191,76	229,89	253,00	238,01
Outras	605,83	705,85	536,92	697,78	819,54	750,88
<b>Conta de Bens</b>	<b>2.254,430</b>	<b>2.001,770</b>	<b>2.643,850</b>	<b>2.169,840</b>	<b>2.730,270</b>	<b>2.188,600</b>

Fonte: BNA



# 15. Anexos

## 5 – Mercados Monetário e Cambial

INDICADORES	2015	2016	2017	2018					
	dez/15	Dez	Dez	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
<b>TAXA DE CÂMBIO (MÉDIA)</b>									
AOA/USD	135,3	165,9	165,9	214,6	225,8	238,2	248,3	257,0	276,7
AOA/EUR	147,1	185,4	185,4	264,4	272,9	277,8	288,9	301,0	322,1
<b>TAXA DE JURO CRÉDITO (181 D A 1 ANO. %)</b>									
<b>EMPRESAS</b>									
MOEDA NACIONAL	15,11	15,26	16,12	21,72	22,60	22,88	22,31	21,81	22,82
MOEDA ESTRANGEIRA	12,97	8,50	8,45	9,00	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
<b>PARTICULARES</b>									
MOEDA NACIONAL	10,14	15,25	17,7	20,15	17,21	20,76	20,28	17,67	15,94
MOEDA ESTRANGEIRA	2,65	9	10,48	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
<b>TAXA DE DEPÓSITOS (181 D A 1 ANO. %)</b>									
MOEDA NACIONAL	4,21	3,90	4,28	7,68	8,87	9,40	8,20	9,77	9,26
MOEDA ESTRANGEIRA	2,62	3,10	2,51	2,33	2,16	2,32	2,37	2,21	2,14
<b>AGREGADOS MONETÁRIOS (Mil Milhões USD)</b>									
M1	3.412,4	3.807,8	3.732,1	3.870,2	3.691,5	3.847,4	3.808,1	3.895,5	3.803,9
M2	5.703,7	6.446,7	6.517,6	6.981,1	7.030,6	7.285,4	7.322,4	7.350,4	7.490,3
M3	5.711,8	6.450,5	6.521,7	6.985,5	7.035,2	7.290,3	7.327,5	7.355,6	7.495,6
<b>TAXA BÁSICA (FIM-DE-PERÍODO, %)</b>	11	16	18	18	18	18	18	16,5	16,5
<b>TAXA INFLAÇÃO (FIM-DE-PERÍODO, Y/Y, %)</b>	14,27	41,95	26,26	22,32	21,32	20,65	20,16	19,51	18,98
<b>RESERVAS INTERNACIONAIS ( Milhões USD)</b>	24.265,8	21.399,3	13.343,4	13.077,6	12.954,7	14.614,5	13.260,0	14.002,0	12.560,0
<b>PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (MB/D)</b>	1,85	1,72	1,63	1,52	1,52	1,58	1,44	1,46	1,45

Fonte: BNA; OPEP; INE;

## 6 – Indicadores Económicos de Países da África Subsariana

	POPULAÇÃO (Milhões)	PIB (%)		PIB NOMINAL (Mil Milhões USD)		PIB PER CAPITA (USD)		DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)		BALANÇA CORRENTE (%PIB)		INFLAÇÃO (%)	
		2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
ANGOLA	28,2	0,7	2,2	124,2	119,4	4.407,7	4.114,5	62,3	73,0	-4,5	-2,2	26,26	24,59
ÁFRICA DO SUL	56,5	1,3	1,5	349,3	370,9	6.179,9	6.459,2	52,7	54,9	-2,3	-2,9	4,72	5,63
CONGO REP. DEM.	4,3	-4,6	0,7	8,5	10,5	1.958,2	2.349,7	119,1	110,4	-12,7	3,0	1,79	1,76
CONGO	86,7	3,4	3,8	41,4	42,6	478,2	477,8	15,7	14,5	-0,5	0,3	55,00	29,50
GANÁ	28,3	8,4	6,3	47,0	51,6	1.663,2	1.779,9	65,3	63,0	-4,5	-4,1	11,82	8,00
MAURÍCIA	1,3	3,9	3,9	12,4	13,3	9.794,1	10.437,1	60,2	59,9	-6,0	-7,4	4,21	5,88
MOÇAMBIQUE	29,5	3,0	3,0	12,7	14,3	429,3	472,0	102,2	110,1	-16,1	-16,9	7,16	6,50
NAMÍBIA	2,3	-1,2	1,2	12,7	13,3	5.413,1	5.627,1	43,6	50,2	-1,4	-3,6	5,17	5,75
NIGÉRIA	188,7	0,8	2,1	376,3	408,6	1.994,2	2.107,6	19,6	23,7	2,5	0,5	15,37	14,50
TANZÂNIA	50,0	6,0	6,4	51,7	56,7	1.033,6	1.110,1	38,2	39,3	-3,8	-5,4	3,97	5,00
QUÊNIA	46,7	4,8	5,5	79,5	88,3	1.701,6	1.837,7	50,4	53,7	-6,4	-6,2	4,50	5,06
ZÂMBIA	17,2	3,6	4,0	25,5	26,2	1.479,5	1.475,7	56,3	61,3	-3,3	-2,6	6,09	8,00
ZIMBABWE	14,9	3,0	2,4	17,5	19,4	1.175,7	1.270,7	78,4	75,2	-2,6	-2,7	3,50	7,90

Fonte: FMI





# 15. Anexos

## 7 - Política Monetária

Taxas de Juro	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017				2018	
							I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.	I Trim.	II Trim.
<b>Principais Taxas de Juro de Referência</b>												
Taxa Básica BNA	10,5	10,25	9,75	9	11	16	16	16	16	18	18	18
Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez O/N	12,5	11,5	10,25	9,75	13	20	20	20	20	20	20	18
Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez O/N	2	1,5	0,75	1,75	0	0	0	0	0	0	0	0
Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez 7 dias	-	-	-	-	-	-	7,25	5,25	2,75	0	0	0
<b>Outras Taxas de Referência</b>												
OMA 7 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,5	7,5
OMA 14 dias	-	-	-	-	-	-	9	9	9	9	9,75	9,75
OMA 28 dias	5,22	-	3	5,13	7,5	11	11	11	11	10,8	16,7	8,5
OMA 63 dias	-	-	-	-	10	13	13	13	13	13	18	10
Redesconto	20	20	15	9,75	15	20	20	20	20	20	20	20
<b>Coefficiente das Reservas Obrigatórias</b>												
<i>Em moeda nacional</i>	25	25	15	15	25	30	30	30	30	21	21	17
<i>Em moeda estrangeira</i>	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	19

Fonte: BNA



# Outras Publicações

NEWSLETTER  
**DAILY**

NEWSLETTER  
**OIL & GAS**

NEWSLETTER  
**PRIVATE**

NEWSLETTER  
**WEEKLY**

NEWSLETTER  
**CORPORATE**

Reporte  
**ANGOLA  
30 DIAS**

Para ter acesso às Outras Publicações visite:

[www.atlantico.ao/pt/institucional/research/pages/home.aspx](http://www.atlantico.ao/pt/institucional/research/pages/home.aspx)



# Contactos

## FALE COM A NOSSA EQUIPA

**Jânio Ambrósio**

Coordenador de Research

[janio.ambrosio@atlantico.ao](mailto:janio.ambrosio@atlantico.ao)

**Anta Bandola**

Research Analyst

[anta.bandola@atlantico.ao](mailto:anta.bandola@atlantico.ao)

**Joyce Domingos**

Research Analyst

[joyce.muturi.domingos@atlantico.ao](mailto:joyce.muturi.domingos@atlantico.ao)

**Wilson Chimoco**

Research Analyst

[Wilson.silas.chimoco@atlantico.ao](mailto:Wilson.silas.chimoco@atlantico.ao)

## RESEARCH ATLANTICO

E-mail: [research@atlantico.ao](mailto:research@atlantico.ao) | Tel: 226 432 445 | 923 169 045

### DISCLAIMER:

Este documento foi criado com informações de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. O conteúdo deste documento não representa recomendação para investir, alienar ou manter investimento em qualquer acção descrita ou qualquer outra e não pode ser considerada uma oferta, convite ou solicitação para comprar ou vender activos acima mencionados. Este documento não deve ser usado para avaliar os activos descritos e o ATLANTICO não pode ser responsabilizado por qualquer perda directa ou potencial resultante da utilização deste conteúdo. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do ATLANTICO nos mercados referidos. A reprodução, total ou parcial, desta publicação é permitida, desde que a fonte esteja claramente identificada.

*This document was created with information from sources considered to be reliable, but its accuracy may not be completely guaranteed. The content of this document does not represent a recommendation to invest, divest or hold investment in any asset herewith described or any other asset, and it may not be considered an offer, invitation or solicitation to purchase or sell the assets mentioned above. This document should not be used to evaluate the assets herewith described and ATLANTICO cannot be held responsible for any loss, direct or potential, resulting from its use or contents. The recommendations are for internal use only and may be changed without prior notice. The opinions expressed are the sole responsibility of the authors, reflecting only their views and may not coincide with the position of ATLANTICO in the referred markets. ATLANTICO, or its employees, may hold positions in any asset mentioned in this publication. The reproduction, total or partial, of this publication is allowed, as long as the source is clearly identified.*

